

EDUCAÇÃO FÍSICA E JUVENTUDE PERIFÉRICA: CAMINHOS PARA O EMPODERAMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL

Wellysson Renato Campos da Silva ¹

Mayara Almeida de França ²

Jaciara Rafaela de Vasconcelos ³

Gabriel Figueira de Araujo ⁴

Jamison Carvalho de Arruda Júnior ⁵

Ana Paula Rodrigues Figueiroa ⁶

RESUMO

A educação, tal qual preconiza o pensamento freiriano, deve transcender o simples acúmulo de conhecimentos, promovendo uma aprendizagem crítica e significativa. Ela deve ter o caráter libertador, e ser capaz de transformar a realidade social e política das pessoas. Tal função deve-se aplicar também ao contexto da Educação Física escolar. Com isto, emerge a seguinte questão central: de que maneira a Educação Física pode empoderar os jovens de comunidades marginalizadas? Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a Educação Física pode contribuir para o empoderamento e a inclusão social da juventude periférica. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com abordagem bibliográfica. Os dados foram coletados em bases como *SciELO*, *LILACS* e *Google Acadêmico*, e livros que tratem da temática. O instrumento de investigação foi a pesquisa documental, e os dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo, buscando identificar como a Educação Física pode contribuir para o empoderamento de jovens periféricos. Desta forma, os resultados da pesquisa indicam que ao integrar atividades físicas com metodologias que valorizam a participação ativa, o diálogo e a reflexão crítica, pode-se promover a formação cidadã, ampliando o acesso a oportunidades e fortalecendo a construção de identidade. Essa abordagem permite que os jovens reconheçam e valorizem suas culturas e histórias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a Educação Física, alinhada a uma abordagem libertadora e transformadora, se configura como uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, proporcionando aos jovens da periferia acesso a novas oportunidades e a um protagonismo social transformador.

Palavras-chave: Educação Física, Juventude Periférica, Inclusão Social, Empoderamento, Transformação Social

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES-UNITA- PE, 2022242032@app.ascses.edu.br

² Graduando do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES-UNITA- PE, 2023139203@app.ascses.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES-UNITA- PE, 2024142361@app.ascses.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES-UNITA- PE, 2017108002@app.ascses.edu.br;

⁵ Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Tabosa de Almeida - ASCES-UNITA- PE, 2023142058@app.ascses.edu.br;

⁶ Graduada em Licenciatura em Educação Física e Pedagogia, Doutora em Educação (UFPE), Profa. da ASCES-UNITA - PE, anafigueiroa@ascses.edu.br.



INTRODUÇÃO

A periferia configura-se como uma expressão concreta das contradições inerentes ao sistema capitalista, revelando desigualdades estruturais que delimitam o acesso a direitos e oportunidades. No contexto contemporâneo, marcado pela exaltação da prosperidade individual, do empreendedorismo e pela intensificação do individualismo, pessoas provenientes de territórios periféricos permanecem mobilizados(as) na construção de propostas que visam à equidade radical entre os seres humanos, ancoradas em princípios de justiça social e na promoção do bem-estar coletivo. (D'Andrea, 2020).

Diante desse contexto, impõe-se a necessidade de uma breve incursão conceitual acerca dos termos periferia e sujeitos periféricos. Conforme argumenta D'Andrea (2020), o conceito de periferia ultrapassa os limites de uma simples categorização geográfica ou de uma condição socioeconômica desfavorável. Trata-se de uma construção social e histórica, forjada por meio de práticas culturais, resistências políticas e experiências coletivas que, simultaneamente, denunciam as desigualdades estruturais e afirmam identidades, saberes e potências locais.

Já os sujeitos periféricos podem ser compreendidos como indivíduos que, cientes de sua inserção territorial e social, assumem um papel ativo na transformação de sua realidade. Nesse sentido, não apenas reconhecem as desigualdades estruturais que os atravessam, como também articulam ações coletivas e práticas culturais voltadas à superação das múltiplas formas de opressão (D'Andrea, 2020).

Esse cenário de adversidades e de mobilização coletiva também se manifesta na vivência da juventude oriunda de contextos periféricos. Esses jovens deparam-se com múltiplos desafios, entre os quais se destacam a violência física e psicológica, o racismo, a homofobia, o envolvimento com o uso e o tráfico de entorpecentes, bem como vínculos familiares e comunitários fragilizados (Oliveira, 2020). É nesse contexto que a educação se apresenta como uma poderosa ferramenta de transformação social.

Seguindo essa perspectiva, para Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção de mundo, que facilita a compreensão da realidade como inacabada e propensa a mudanças, assim como, a luta pela sua transformação. A integração, ética e emancipação, são valores promovidos por uma educação que incentiva a tomada



consciente de decisões, pois o conhecimento é um elemento construído através da experiência e reflexão crítica das condições políticas, sociais e econômicas de um grupo social.

Diante disso, a educação não atua como chave transformadora social sozinha, mas trabalha com o indivíduo consciente de sua voz para mudança e que representa os interesses de sua comunidade, como agente responsável pela reivindicação de seus direitos e de resistência às desigualdades socioeconômicas, questionando como as intervenções políticas públicas e privadas favorecem a exclusão e marginalização das classes subalternas no espaço urbano. (Freire, 2015).

Tal aspecto transformador não estava presente na Educação Física escolar até a década de 1980, quando a disciplina era predominantemente caracterizada por uma abordagem de natureza biológica, negligenciando os aspectos sociais e culturais que permeiam as práticas corporais. A partir desse período, impulsionado pelo Movimento Renovador/Progressista, emergiram novas propostas pedagógicas que propuseram a superação da perspectiva biologizante, promovendo uma concepção mais ampla e crítica da área (Bracht, 1999).

Segundo Nogueira *et al* (2018), as novas propostas indicam transformações significativas nas concepções de objeto e objetivo da Educação Física no Brasil, concebendo as práticas corporais a partir da valorização dos contextos socioculturais dos estudantes. Nesse sentido, destaca-se a concepção crítico-superadora, por promover uma reflexão crítica acerca dos conteúdos da Educação Física, atribuindo a essa área o papel social de contribuir para a compreensão e transformação da realidade pelo sujeito (Coletivo de Autores, 2014).

Desta forma, compreender que a vivência e a interpretação das práticas corporais podem gerar a linguagem corporal permite a interação entre os indivíduos, promovendo processos de comunicação e transformação mútua (Nogueira *et al*, 2018). Assim, ao se apropriar da linguagem corporal, os indivíduos, por meio da relação dialética entre a Educação Física escolar e o contexto social, tornam-se capazes de criticar e transformar suas realidades.

Com isto, emerge a seguinte questão central: de que maneira a Educação Física pode empoderar os jovens de comunidades marginalizadas? Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a Educação Física pode contribuir para o



empoderamento e a inclusão social da juventude periférica. Para tal, foi necessário explorar experiências e metodologias que contribuam para a inclusão social no contexto da Educação Física escolar, investigar o papel da Educação Física no desenvolvimento da consciência crítica entre jovens de comunidades periféricas e identificar práticas pedagógicas na Educação Física que favoreçam o protagonismo juvenil e o empoderamento.

Diante deste contexto, destaca-se a importância da Educação Física como instrumento de transformação social e inclusão, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade. Ao contribuir para o desenvolvimento da criticidade, da consciência cidadã e da participação ativa na sociedade, essa área do conhecimento ultrapassa os limites do corpo e da saúde, alcançando dimensões formativas essenciais.

Assim, discutir o papel da Educação Física no fortalecimento da identidade juvenil e na promoção da equidade torna-se imprescindível, especialmente quando se considera a urgência de ampliar oportunidades e combater processos de exclusão nas realidades escolares mais desafiadoras.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com a abordagem qualitativa, de caráter exploratório. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela intenção de interpretar de forma aprofundada os significados, práticas e perspectivas associadas ao papel da Educação Física no empoderamento e na inclusão social da juventude periférica, permitindo descrever a complexidade do comportamento humano (Marconi; Lakatos, 2003).

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados reconhecidas, tais como *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Google Acadêmico*. Além disso, foram consultados livros, dissertações e artigos científicos que abordam temáticas relacionadas à Educação Física, juventude periférica, empoderamento e inclusão social. A seleção dos materiais seguiu os critérios de pertinência ao tema, relevância acadêmica e atualidade das publicações, priorizando produções dos últimos dez anos, sem, contudo, desconsiderar obras clássicas que fundamentam teoricamente a discussão. Como



instrumento de investigação, adotou-se a pesquisa documental, buscando-se examinar documentos acadêmicos e institucionais que discutem a relação entre Educação Física e processos de transformação social entre jovens de contextos periféricos.

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), a fim de identificar categorias temáticas que evidenciem as formas pelas quais a Educação Física pode atuar como meio de empoderamento e inclusão.

O procedimento de análise seguiu três etapas: (1) pré-análise, com a organização do material e a definição do corpus; (2) exploração do material, com a codificação e categorização dos dados; e (3) interpretação dos resultados, relacionando as categorias emergentes aos objetivos do estudo e ao referencial teórico adotado.

Essa metodologia permitiu uma compreensão crítica sobre os caminhos possíveis para a Educação Física contribuir com práticas emancipadoras, voltadas à valorização dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Como Prática Libertadora

A reflexão sobre a realidade que o cerca desperta no jovem a consciência de que ela pode ser transformada. Nesse sentido, Freire (2024) propõe uma educação que estimule o pensamento crítico, incentivando os estudantes a questionarem a realidade e a se reconhecerem como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Assim, ao compreender a estrutura social opressora, o indivíduo age para transformá-la (Freire, 2024).

É nessa perspectiva que a educação se mostra como uma poderosa ferramenta de transformação social. Para Freire (2024), a educação crítica deve estar vinculada à transformação das estruturas sociais injustas, promovendo a conscientização dos sujeitos para que reconheçam sua condição histórica e se tornem protagonistas na construção de uma nova realidade. A superação da opressão, contudo, não pode ser conduzida por métodos autoritários ou impositivos, sob o risco de reproduzir as mesmas práticas que se pretende combater.



Diante disso, Freire (1996) afirma que educar é, inevitavelmente, um ato político, e que a conquista da autonomia pelo educando deve constituir-se como finalidade essencial do processo educativo. Assim, cabe ao educador desenvolver sua prática pedagógica com responsabilidade, respeito, senso crítico e um compromisso ético com a emancipação dos sujeitos.

Portanto, a educação deve transcender a simples transmissão de conteúdos e consolidar-se como um espaço dialógico, em que educador e educando constroem, de forma conjunta e crítica, caminhos para a transformação da realidade. Nessa perspectiva, Freire (1996) afirma que ensinar exige um compromisso ético com a dignidade e a liberdade dos aprendizes, tornando a prática pedagógica inseparável da luta por justiça social. Diante disso, a conscientização é um processo fundamental para que os sujeitos identifiquem as raízes da opressão e se engajem ativamente em sua superação. (Freire, 2024). Assim, a educação crítica assume o papel de um ato profundamente humanizador, capaz de formar sujeitos autônomos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática, solidária e igualitária.

A Educação Física e a Transformação Social

A Educação Física escolar surge entre o final do século XVIII e o início do século XIX, inserida no contexto de consolidação da sociedade capitalista. Nesse período, sua função era formar indivíduos saudáveis e disciplinados, em conformidade com as exigências de produtividade e controle social. Os primeiros Métodos Ginásticos, desenvolvidos na Europa, conferiram à área um caráter biologicista, sob forte influência do médico higienista e do instrutor militar, figuras centrais na normatização dos corpos e na promoção da obediência e da hierarquia social (Coletivo de Autores, 2014)

Nos primeiros anos da República, sobretudo durante o Estado Novo, a Educação Física escolar no Brasil foi fortemente influenciada pelos Métodos Ginásticos e pela estrutura militar. Essa orientação começou a se transformar no final da década de 1930, com a criação da primeira escola civil para formação de professores de Educação Física. A partir de então, o esporte passou a ocupar papel central na área, sob a influência do Método da Educação Física Desportiva Generalizada. Esse modelo submetia a



Educação Física escolar à lógica e aos valores do esporte institucionalizado (Coletivo de Autores, 2014). Como destaca Bracht (1999), durante o regime militar, o esporte foi utilizado não apenas para o desenvolvimento físico, mas também como instrumento de propaganda nacional, reforçando a imagem do Brasil como potência internacional.

Emergente nas décadas de 1970 e 1980, o Movimento Renovador ou Progressista representou uma inflexão crítica à concepção tecnicista e biologizante da Educação Física. Esse movimento passou a compreender o corpo como uma construção histórica e social, promovendo a valorização da cultura corporal e de suas diversas manifestações — como jogos, danças, lutas, ginásticas e esportes — enquanto objetos pedagógicos legítimos (Bracht, 1999). A partir dessa perspectiva crítica, foram formuladas novas teorias pedagógicas no campo da Educação Física, entre as quais se destaca a abordagem Crítico-Superadora dos Conteúdos.

Segundo o Coletivo de Autores (2014), a concepção crítico-superadora parte do pressuposto de que a Educação Física deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade social em que vivem. A consciência crítica, nesse sentido, é um objetivo central do processo educativo: formar indivíduos que compreendam as determinações sociais das práticas corporais e possam agir de forma autônoma e transformadora frente às desigualdades, alienações e opressões reproduzidas por muitas dessas práticas na sociedade capitalista.

Empoderamento e Inclusão Social por meio da Educação Física

A Educação Física, quando concebida de forma crítica, contribui para o desenvolvimento da autonomia, da autoimagem positiva e da valorização do corpo como expressão individual e coletiva. Ao reconhecer o estudante como sujeito histórico e social, a prática pedagógica valoriza suas experiências, capacidades e limites, favorecendo o fortalecimento da autoestima (Coletivo de Autores, 2014).

Dessa forma, as práticas corporais, quando orientadas por uma perspectiva dialógica, crítica e libertadora, tornam-se capazes de acolher e valorizar os saberes dos sujeitos periféricos, frequentemente silenciados no contexto da educação tradicional. Nesse sentido, a Educação Física, enquanto prática pedagógica, deve estar



comprometida com as realidades concretas dos estudantes e com suas vivências marcadas pela exclusão social, constituindo-se como um espaço de escuta, reconhecimento e pertencimento (Nogueira, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material teórico evidenciou que a Educação Física, quando fundamentada por uma perspectiva crítica e dialógica, pode se constituir como uma potente ferramenta de transformação social, especialmente no contexto da juventude periférica. A partir da abordagem qualitativa e da análise de conteúdo, emergiram três grandes eixos temáticos: o fortalecimento da identidade juvenil, o empoderamento por meio das práticas corporais e o papel da Educação Física na inclusão social.

Em primeiro lugar, os estudos analisados indicam que a valorização das práticas corporais contextualizadas com a realidade dos estudantes permite a construção de uma identidade positiva, baseada no reconhecimento das próprias vivências, saberes e histórias (Nogueira *et al*, 2018; Coletivo de Autores, 2014). Isso fortalece a autoestima e a percepção de pertencimento dos jovens ao espaço escolar.

Além disso, o fortalecimento da identidade juvenil é atravessado por uma dimensão cultural, na medida em que as práticas corporais críticas valorizam as expressões da periferia, ressignificando-as como formas legítimas de saber e de intervenção pedagógica. Essa perspectiva aproxima a Educação Física da proposta freireana de valorização do saber popular, entendendo os sujeitos como produtores de cultura e não apenas como receptores de conteúdos (Freire, 1996). Dessa forma, o corpo deixa de ser visto apenas pela ótica biológica e passa a ser compreendido como expressão social e cultural, fundamental na construção identitária dos jovens.

Em relação ao segundo eixo, o empoderamento dos sujeitos periféricos se manifesta quando estes se reconhecem como agentes históricos capazes de transformar sua realidade social (Freire, 1996; 2024). A Educação Física crítica promove esse processo ao estimular a reflexão, o diálogo e a ação consciente, articulando o conhecimento corporal com a dimensão ética e cidadã da formação. Diante disso, Freire (1996) defende que ensinar exige reconhecer os educandos como sujeitos da própria aprendizagem, capazes de intervir na realidade.



As práticas corporais, nesse contexto, deixam de ter apenas caráter recreativo ou de rendimento físico e passam a constituir espaços de construção de cidadania. Atividades que problematizam a realidade, discutem valores e favorecem a cooperação tornam-se instrumentos pedagógicos de emancipação. Assim, a Educação Física deixa de ser um mero componente curricular e se torna um campo de formação integral.

O empoderamento, nesse contexto, deve ser entendido como uma vivência coletiva, e não apenas individual. Valores como diálogo, solidariedade e cooperação tornam-se centrais para converter situações de exclusão em práticas de resistência. A pedagogia freireana, em articulação com a abordagem crítica da Educação Física (Coletivo de Autores, 2014), evidencia que o conhecimento adquire relevância quando está associado à transformação social. Assim, o empoderamento da juventude ultrapassa a dimensão da autoestima, envolvendo também a participação ativa na comunidade e a conquista de novos espaços de cidadania.

No que tange o terceiro eixo, que trata do papel da Educação Física na inclusão social, os dados reforçam que o reconhecimento das realidades vividas pelos jovens periféricos é essencial para a construção de práticas educativas mais inclusivas. Conforme aponta D'Andrea (2020), os sujeitos periféricos articulam resistências culturais e ações coletivas em resposta às opressões estruturais que os atravessam. Nesse cenário, a escola, enquanto espaço social, precisa assumir a responsabilidade de legitimar tais resistências, integrando-as às práticas pedagógicas.

Já Oliveira *et al.* (2020) evidenciam que a vulnerabilidade social exige respostas intersetoriais, nas quais a escola desempenha papel fundamental na promoção da equidade. A Educação Física, ao se comprometer com a inclusão, contribui para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades, principalmente ao valorizar práticas corporais que dialogam com a diversidade cultural e social dos estudantes. Assim, a inclusão não se limita ao acesso físico ao espaço escolar, mas envolve também a valorização das diferenças e o respeito às identidades plurais.

Dessa forma, pode-se inferir que práticas pedagógicas comprometidas com o acolhimento das diferenças e com o respeito à diversidade têm o potencial de contribuir significativamente para a inclusão social dos jovens em contextos de vulnerabilidade. Essa perspectiva alinha-se à proposta de uma Educação Física crítica e transformadora (Bracht, 1999; Coletivo de Autores, 2014), capaz de ampliar horizontes e abrir



caminhos para que a juventude periférica encontre no espaço escolar não apenas instrução, mas também reconhecimento, dignidade e possibilidades de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, conclui-se que a Educação Física, quando concebida a partir de uma perspectiva crítico-superadora, desempenha um papel estratégico na formação de jovens periféricos enquanto sujeitos ativos, críticos e conscientes de seu potencial transformador. Essa prática pedagógica rompe com a lógica tradicional da disciplina, historicamente atrelada a modelos biologizantes e tecnicistas e se alinha à proposta freiriana de uma educação libertadora, política e humanizadora.

Compreender a Educação Física como prática social implica reconhecer seu poder de atuar diretamente nas dimensões subjetivas e coletivas dos estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. O empoderamento juvenil, nesse sentido, emerge como fruto de uma pedagogia comprometida com a escuta, com a valorização da cultura corporal e com a promoção da consciência crítica.

Portanto, faz-se necessário que as políticas públicas educacionais garantam formação inicial e continuada para professores de Educação Física, de modo que estes estejam preparados para desenvolver práticas inclusivas, críticas e culturalmente situadas. Além disso, recomenda-se que novas pesquisas investiguem experiências exitosas de empoderamento juvenil através da Educação Física, bem como o impacto dessas ações na redução das desigualdades sociais e educacionais.

Assim, reafirma-se a Educação Física como um campo fundamental para a promoção da justiça social, da equidade e da cidadania plena entre jovens em situação de vulnerabilidade, consolidando seu compromisso com a transformação social.



REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 69-88, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100005>. Acesso em: 26 abr. 2025

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. In: **VI Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG & IV Salão de Extensão**. 2019.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 6. ed. São Paulo: Cortez editora, 2014.

D'ANDREA, TIARAJU. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Acesso em: 21 abr. 2025

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Versão Eletrônica. 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

NOGUEIRA, Valdilene Aline et al. Práticas corporais e Paulo Freire: uma análise sobre a produção do conhecimento. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1265-1280, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.85020> . Acesso em 26 abr. 2025.

OLIVEIRA, Patrícia Carvalho de et al. “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190813, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190813>. Acesso em: 21 abr. 2025

PONTUAL, Pedro. **EP e democratização das estruturas políticas e espaços públicos**. São Paulo, mimeo, s.d. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/16/ep-e-democratizacao-das-estruturas-politicas-e-espacos-publicos/>. Acesso em 26 abr. 2025.

